**Ata da 15ª Reunião do Conselho Diretor**

**DATA:** 17/01/2013 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 16h20

**LOCAL:** Sede do CAU/RS **HORÁRIO DE FIM:** 18h30

**1. Participantes**

|  |
| --- |
| **Diretoria** |
| Presidente | Roberto Py |
| Vice-Presidente | Alberto Fedosow Cabral |
| **Conselheiros** |
| **Titulares** | **Cargo** |
| Coordenador da Comissão de Atos Administrativos | Carlos Alberto Sant’Ana |
| Coordenador da Comissão de Planejamento e Finanças | Fausto Henrique Steffen |
| Conselheiro Federal | Cesar Dorfman |
| Conselheira Federal | Gislaine Saibro |
| Conselheiro | Luis Antônio Veríssimo |
| **Secretária Executiva:** Josiane Bernardi |

 Em 17 de janeiro de 2013, realizou-se, na sede do CAU/RS, cujo endereço consta em rodapé, a 15ª Reunião do Conselho Diretor. Estavam presentes os conselheiros anteriormente citados, além do Presidente Roberto Py e do Vice-Presidente Alberto Cabral, conforme lista de presença anexada a esta ata. A secretária Josiane Bernardi assessorou a reunião e redigiu esta ata.

Em pauta, conforme convocação enviada previamente constava os seguintes assuntos:

1. Preparação da pauta para Plenária a ser realizada em 25 de janeiro de 2013, sexta-feira, às 14hs;
2. Ofício 14/2012 – Fórum de Infraestrutura das Entidades de Engenharia do Rio Grande do Sul;
3. Relatório Planejamento Estratégico;
4. Relatos das Comissões;
5. Assuntos gerais.
6. **Preparação da pauta para Plenária a ser realizada em 25/01/2013, às 14hs;**

O conselheiro Dorfman comenta que foi criada e que já está estruturada, no CAU/BR, a Comissão de Políticas, e que esta comissão irá propor na plenária de fevereiro, que este ano seja o ano da valorização do profissional, salienta que para ocorrer a valorização, é necessário que ocorra a fiscalização, pois em sua opinião, se não houver fiscalização e consequentemente valorização, não será possível realizar os objetivos dos Caus. Acrescenta que serão realizados seminários nacionais para abrigar esta política, acredita que no total serão 3 eventos, para passar aos CAUs Estaduais as políticas do CAU/BR.

O Conselheiro Dorfman acrescenta que o CAU/RS deveria pensar em fiscalização sobre o pagamento do salário mínimo dos profissionais e sobre a obrigatoriedade de contratação de arquitetos nas prefeituras. Acredita que devem começar pelos órgãos públicos e sugere que este primeiro contato pode ser feito por correspondências preventivas e que no Siccau pode-se pesquisar a relação dos municípios onde não há arquitetos e que pela legislação, nos municípios com mais de 20 mil habitantes, a prefeitura é obrigada a ter um profissional de arquitetura e se têm menos de 20 mil habitantes, e não tem arquiteto, o CAU/RS, pode verificar quem está aprovando os projetos. O CAU/RS poderia iniciar estas atividades, seria ótimo para a imagem deste CAU.

O Presidente considera a questão dos arquitetos e prefeituras e comenta que deve haver uma Lei federal que determine estas situações. Comenta que há vários municípios no Rio Grande do Sul, que não possuem arquitetos e considera que o CAU/RS pode iniciar um trabalho para ter um arquiteto em cada prefeitura. A Conselheira Gislaine entende que deverá existir uma campanha para que se divulgue esta necessidade e salienta que o “gaúcho” sempre teve a fama de ser precursor em tudo.

O Presidente define que este assunto será levado à pauta na plenária do próximo dia 25 e que deverá ser elaborada uma campanha para divulgação da importância e necessidade deste profissional em uma prefeitura e questiona sobre a possibilidade de compartilhamento de profissionais entre prefeituras. A Conselheira Gislaine comenta que a importância é que exista um arquiteto, se este for compartilhado entre prefeituras, em princípio, não afeta os CAUs.

O Conselheiro Sant'Ana comenta que seria interessante o CAU/RS trabalhar em parceria com os municípios, inclusive para divulgar a questão do concurso e acrescenta que como órgão público, o CAU/RS possui mais liberdade e embasamento para procurar as prefeituras e contata-las e que deverá ser demostrado aos prefeitos a necessidade e os benefícios de se ter um profissional de arquitetura e urbanismo. O Conselheiro Dorfman complementa que as prefeituras devem ter consciência de que é contra lei não ter um arquiteto.

O Presidente comenta que na próxima plenária deverão ser recompostas as comissões, pois as mesmas são permanentes. E comenta que será necessária alguma correção na Comissão de Ética, que possui 03 conselheiros que não se veem e residem longe de Porto Alegre.

1. **Ofício 14/2012 – Fórum de Infraestrutura das Entidades de Engenharia do Rio Grande do Sul;**

Dando prosseguimento à pauta, o Presidente apresenta um oficio recebido sobre o Fórum de Infraestrutura das Entidades de Engenharia do RS, , que convida o CAU/RS a designar representantes para participar do referido fórum. O Presidente lê o oficio aos conselheiros presentes e sugere enviar um representante para conversar e observar. Sugere que o vice-presidente Conselheiro Cabral participe. O Conselheiro Cabral entende que deve participar e o Presidente define que deverá ser redigido um ofício em resposta, com a indicação do Conselheiro Cabral como participante do Fórum.

1. **Relatório Planejamento Estratégico;**

O Presidente prossegue com a pauta, apresentando relatório da Consultora Denise, sobre o Planejamento Estratégico do CAU/RS, comenta que o fórum de planejamento estratégico foi muito bom e que a Denise conseguiu prender a atenção dos ouvintes. E considerou a participação de todos muito importante e assídua. Define que, por ser uma demanda da Comissão de Atos Administrativos, este assunto deverá ser tratado primeiramente por esta comissão e entrega o diagnóstico ao Conselheiro Sant’Ana.

1. **Relatos das Comissões;**
* **Comissão de Atos Administrativos**

O Conselheiro Sant'Ana comenta acerca dos currículos recebidos para a vaga para Agente Fiscal, que foi recebido um número elevado de currículos, em torno de 70 deles, no formato lattes. Destes, alguns foram excluídos por estarem inadimplentes com o conselho. Sobraram 60 candidatos que preenchiam as primeiras exigências e, através de análise dos currículos impressos, foram selecionados aqueles que se enquadravam no anuncio publicado, de acordo com o Conselheiro, privilegiando aqueles que possuem formação mais ampla, os identificados como experientes nos quesitos mais necessários ao planejamento Geo e que, por fim, sobraram 12 candidatos. Estes estão sendo convidados a comparecerem ao CAU/RS, através de uma mensagem enviada a eles, esclarecendo itens acerca da oportunidade ofertada. As entrevistas serão realizadas pelos Conselheiros das Comissões de Atos Administrativos e Exercício Profissional.

A Conselheira Gislaine questiona sobre a opção dos próprios conselheiros realizarem as entrevistas, o Conselheiro Sant'Ana esclarece que, por ser um cargo que necessita de conhecimentos técnicos em arquitetura, acreditam ser interessante e de maior assertividade, que profissionais de arquitetura realizem as entrevistas. O Presidente comenta o bom entrosamento entre as duas comissões, que são heterogêneas, mas que trabalham muito bem juntas.

* **Comissão de Planejamento e Finanças**

O Conselheiro Fausto comenta que o ponto mais importante da Comissão de Planejamento e Finanças, é a aprovação dos balancetes, que deverão ser entregues ao CAU/BR e que a comissão receberá estes documentos na segunda-feira, dia 21/01/13. O Presidente acrescenta que há a necessidade de os balancetes serem apresentados na próxima plenária.

O Conselheiro Fausto comenta que a Comissão está procurando não realizar reunião na semana da plenária, e sim antes pra deixar tudo encaminhado. Acrescenta que a comissão está organizando a parte de finanças, pagamentos, e que conseguiram passar os cheques, sem problemas. O Presidente comenta que na próxima plenária deverão ser recompostas as comissões, pois as mesmas são permanentes. E comenta que será necessária alguma correção na Comissão de Ética, que possui 03 conselheiros que não se veem e residem longe de Porto Alegre.

* **GT – Regimento Interno**

 Sobre o Regimento Interno, o presidente salienta que o Grupo de Trabalho irá apresentar 1/3 do regimento nesta plenária. E irão propor que seja realizado o encaminhamento aos conselheiros. O Conselheiro Sant'Ana opina que a redação final do Regimento Interno do CAU/RS, deveria ser feita por uma assessoria jurídica e acrescenta que embora não tenha participado efetivamente do GT, sabe que houve muita preocupação em ser coerente na adaptação do regimento do CAU/BR para o CAU/RS.

1. **Assuntos gerais**
* **Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF**

O presidente explica que sua maior preocupação quanto ao pagamento do Fundo, é a legalidade da decisão do CAU/BR. Apresenta alguns documentos acerca do assunto para que sejam analisados e comenta que em sua opinião este assunto deveria ser mais difundido entre os CAUs Estaduais e apresentado com mais clareza pelo CAU/BR. Comenta que o este percentual não é um número surreal, conforme a opinião do Conselheiro Cabral e salienta que principal questão para o CAU/RS é saber se é correto, se o Fundo do modo como foi constituído, é legal. Considera dever do CAU/BR apresentar embasamento legal para esta solicitação. O presidente entende que é uma questão de segurança jurídica, pois se esta deliberação não tiver suporte legal, todos poderão ter problemas, por estarem fora da legalidade e que considera necessário realizar uma consulta para que o judiciário verifique se é legal ou não e que se for legal o CAU/RS irá participar, sem problema algum.

O Conselheiro Dorfman comenta a respeito da votação do assunto na plenária do CAU/BR, do qual o mesmo fez parte e votou contra a posição do CAU/RS, ou seja, concordando com a maior parte do plenário, de que deveriam os CAUs com maior arrecadação, repassar o valor sugerido de 3,59 %. E esclarece que o Conselheiro Federal não é o representante do CAU/UF e, portanto, não vê problemas em ter votado contra a decisão do CAU/RS e acrescenta que, politicamente, considera correto este repasse de valores aos CAUs menos favorecidos, porém quanto à legalidade e ao embasamento jurídico, não pode opinar.

O Presidente comenta que compreende a posição do Conselheiro Dorfman, porém salienta que quando houver divergência de opinião entre o CAU/RS e o Conselheiro Federal, deverá haver reclamações por parte dos conselheiros.

Não havendo mais assuntos pendentes, a reunião foi encerrada às 18h30.

Roberto Py Gomes da Silveira

Presidente do CAU/RS